



CAMPANHA DA FRATERNIDADE: MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO EM DEFESA DO DIREITO E DA JUSTIÇA



MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO PARA A CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2019:

O Papa Francisco também este ano enviou uma mensagem por ocasião da abertura da Campanha da Fraternidade.

Na cerimônia de abertura da Campanha da Fraternidade realizada na sede provisória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na quarta-feira, 6/3, o bispo auxiliar de Brasília (DF) e secretário-geral da entidade, dom Leonardo Steiner leu a mensagem que o papa Francisco enviou especialmente para a abertura da Quaresma e da Campanha da Fraternidade. No documento, o papa convidou os cristãos a se preparar para a vitória de Jesus Cristo por meio de práticas penitenciais de jejum, da esmola e da oração. O papa citou a Campanha da Fraternidade, proposta pela Igreja no Brasil durante o período da Quaresma, que tem início nesta quarta-feira de Cinzas e se estende até a celebração da Páscoa, dia 21 de abril, como um “caminho pessoal e comunitário em direção à Páscoa de Cristo”.

Para o papa Francisco os cristãos devem buscar a participação mais ativa na sociedade como forma concreta de amor ao próximo, que permita a construção de uma cultura fraterna baseada no direito e na justiça. Aos que se dedicam na construção de políticas públicas – governos e gestores públicos, o papa Francisco exortou a que vivam “com paixão o seu serviço aos povos, vibrando com as fibras íntimas do seu etos e da sua cultura, solidários com o seus sofrimentos e esperanças”. Para o Santo Padre, citando mensagem ao Congresso organizado pela CAL-CELAM, 1/XII/2017, é necessário que tenhamos “políticos que anteponham o bem comum aos seus interesses privados, que não se deixem intimidar pelos grandes poderes financeiros e midiáticos, sendo competentes e pacientes face a problemas complexos, conjugando a busca da justiça com a misericórdia e a reconciliação”.

Eis a íntegra da mensagem do Santo Padre:

Queridos irmãos e irmãs do Brasil!

Com o início da Quaresma, somos convidados a preparar-nos, através das práticas penitenciais do jejum, da esmola e da oração, para a celebração da vitória do Senhor Jesus sobre o pecado e a morte. Para inspirar, iluminar e integrar tais práticas como componentes de um caminho pessoal e comunitário em direção à Páscoa de Cristo, a Campanha da Fraternidade propõe aos cristãos brasileiros o horizonte das “políticas públicas”.

Muito embora aquilo que se entende por política pública seja primordialmente uma responsabilidade do Estado cuja finalidade é garantir o bem comum dos cidadãos, todas as pessoas e instituições devem se sentir protagonistas das iniciativas e ações

que promovam “o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (*Gaudium et spes*, 74).

Cientes disso, os cristãos – inspirados pelo lema desta Campanha da Fraternidade “*Serás libertado pelo direito e pela justiça*” (*Is 1,28*) e seguindo o exemplo do divino Mestre que “*não veio para ser servido, mas para servir*” (*Mt 20,28*) – devem buscar uma participação mais ativa na sociedade como forma concreta de amor ao próximo, que permita a construção de uma cultura fraterna baseada no direito e na justiça. De fato, como lembra o Documento de Aparecida, “*são os leigos de nosso continente, conscientes de sua chamada à santidade em virtude de sua vocação batismal, os que têm de atuar à maneira de um fermento na massa para construir uma cidade temporal que esteja de acordo com o projeto de Deus*” (n. 505).

De modo especial, àqueles que se dedicam formalmente à política – à que os Pontífices, a partir de Pio XII, se referiram como uma “*nobre forma de caridade*” (cf. *Papa Francisco, Mensagem ao Congresso organizado pela CAL-CELAM, 1/XII/2017*) – requer-se que vivam “*com paixão o seu serviço aos povos, vibrando com as fibras íntimas do seu etos e da sua cultura, solidários com os seus sofrimentos e esperanças; políticos que anteponham o bem comum aos seus interesses privados, que não se deixem intimidar pelos grandes poderes financeiros e midiáticos, sendo competentes e pacientes face a problemas complexos, sendo abertos a ouvir e a aprender no diálogo democrático, conjugando a busca da justiça com a misericórdia e a reconciliação*” (*ibid.*).

Refletindo e rezando as políticas públicas com a graça do Espírito Santo, faço votos, queridos irmãos e irmãs, que o caminho quaresmal deste ano, à luz das propostas da Campanha da Fraternidade, ajude todos os cristãos a terem os olhos e o coração abertos para que possam ver nos irmãos mais necessitados a “carne de Cristo” que espera “*ser reconhecido, tocado e assistido cuidadosamente por nós*” (*Bula Misericórdia vultus*, 15). Assim a força renovadora e transformadora da Ressurreição poderá alcançar a todos fazendo do Brasil uma nação mais fraterna e justa. E para lhes confirmar nesses propósitos, confiados na intercessão de Nossa Senhora Aparecida, de coração envio a todos e cada um a Bênção Apostólica, pedindo que nunca deixem de rezar por mim.

**Vaticano, 11 de fevereiro
de 2019.**





Cardeal Sergio da Rocha:

“Uma das principais exigências da espiritualidade quaresmal é a fraternidade”

O presidente da CNBB, cardeal Sergio da Rocha, durante cerimônia de lançamento da Campanha da Fraternidade 2019, na sede provisória da Conferência, na manhã da Quarta-feira de Cinzas, dia 6 de março, reforçou a importância de ligar o tema da Campanha da Fraternidade (CF) com a espiritualidade quaresmal: A Campanha “ocorre durante a quaresma porque quer ser sinal e instrumento de vivência quaresmal”. Ele ainda recordou: “sabemos que uma das principais exigências da espiritualidade quaresmal é justamente a fraternidade, o amor fraterno, com seus vários níveis e exigências”.

Dom Sergio recordou, em sua intervenção na cerimônia, a mensagem do Papa Francisco para a Campanha da Fraternidade que foi lida no início da cerimônia: os cristãos “devem buscar uma participação mais ativa na sociedade como forma concreta de amor ao próximo, que permita a construção de uma cultura fraterna baseada no direito e na justiça”.

Objetivos da CF

“Um dos principais objetivos da CF”, disse o cardeal, “é contribuir para o conhecimento da importância do tema e promover uma participação maior na elaboração de políticas públicas nos diversos âmbitos da vida social (saúde, educação, segurança pública, meio ambiente...) temas já trabalhados em temas anteriores. De tal modo, que esta Campanha, com um tema de caráter mais abrangente, retoma e dá continuidade a outras que tiveram temas mais específicos. Ela estimula o exercício consciente e responsável da cidadania, despertando o interesse pelas políticas públicas, tema exigente e ainda pouco conhecido”.

Dom Sergio explicou: “Durante o tempo quaresmal, teremos a ocasião especial para conhecer melhor o tema desta Campanha. É importante refletir sobre o tema por meio de encontros de formação, palestras, debates e rodas de conversa. Há diversos modos de participar da vida política, muito além da militância em partidos políticos, como participação em conselhos paritários, em audiências públicas, em movimentos sociais e tantas outras iniciativas de cidadania responsável”.

Missão Profética

O Presidente da CNBB também afirmou que “as políticas públicas devem assegurar e efetivar direitos fundamentais da população, a começar dos mais pobres e vulneráveis. O bem dos pequenos e fragilizados é critério para assegurar se a política está efetivamente a serviço

do bem comum. Os pobres e excluídos não podem ser esquecidos; ao contrário, devem ser considerados com especial atenção e elaboração de políticas públicas”. E considerou: “o desafio de contribuir para a formulação de políticas públicas se desdobra e se completa em dois outros grandes momentos: acompanhar a efetivação das públicas e avaliar os seus resultados”.

Dom Sergio ainda disse que “o lema ‘serás libertado pelo direito e pela justiça’, extraído do Profeta Isaías (Is 1,27) ilumina e anima esta Campanha, orientando as nossas ações. Mais uma vez, a Igreja não pretende oferecer soluções técnicas para os problemas sociais, nem se deixa guiar por ideologias ou partidos. Cumpre a sua missão profética nas condições concretas da história, oferecendo aquilo que tem de mais precioso: a luz da fé, a Palavra de Deus, os valores do Evangelho. A Igreja oferece critérios, princípios, valores éticos, a serem acolhidos na ação política partidária e demais iniciativas no âmbito político, tendo como grandes fontes a Palavra de Deus e a Doutrina Social da Igreja”.

Sociedade

O presidente da CNBB fez a seguinte constatação: “Graças a Deus, a Campanha da Fraternidade tem repercutido não apenas no interior das comunidades católicas, mas também nos diversos ambientes da sociedade. Pela sua natureza, ela sempre muito além da Igreja Católica. Tem contado, cada vez mais, com a participação de muitas entidades da sociedade civil, de escolas, de outras igrejas cristãs e de órgãos públicos. A Campanha exige ações comunitárias, além das iniciativas pessoais. Exige sempre com muito diálogo, reflexão e ação conjunta, especialmente para desenvolver o tema das políticas públicas. A construção de políticas públicas deve ser tarefa coletiva numa sociedade democrática e participativa”.

Além da intervenção de Dom Sérgio, os outros convidados especiais tiveram um tempo para falar sobre o tema. No final, o cardeal agradeceu a todos e pediu:

“Deus abençoe a todos os que se empenharem na realização desta Campanha e torne fecundo o trabalho a ser realizado. Amém”.

Fonte: CNBB





A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, Também participou da cerimônia de abertura da Campanha da Fraternidade 2019, realizada na (CNBB).

Raquel Dodge: “Campanha pede políticas públicas que ensejem vida digna para todos”

Em sua fala, a chefe do Ministério Público Federal (MPF) enfatizou a promoção da fraternidade, “como princípio que move a Igreja e deve mover o Estado brasileiro”. Para a procuradora, a CF *“pede políticas públicas que ensejem vida digna para todos”*.

“Esta edição da Campanha toca em uma dimensão da fraternidade que fala ao Estado brasileiro, aos gestores públicos, aos serviços públicos que todos utilizamos ou são postos à nossa disposição. Fala também aos cristãos leigos e a todos os cidadãos da sua atuação no campo da política”, afirmou Raquel Dodge, que continuou ressaltando que a CF “toca na esperança dos brasileiros, nas suas perplexidades, em suas dores e expectativas de solução para problemas concretos que enfrentam no cotidiano de suas vidas”.

Vida digna e políticas públicas

Raquel Dodge, ao destacar o pedido por políticas públicas que ensejem vida digna para todos, elencou vários exemplos que devem ser atingidos de forma solidária com a abordagem da temática proposta pela CNBB neste tempo da Quaresma: *“os que sofrem de doenças raras ou incuráveis, que necessitam de mais pesquisa científica ou de medidas que aliviem a dor; com os que padecem de doenças curáveis ou controláveis e necessitam de diagnóstico mais rápido, de medicamentos constantes e de assistência mais próxima de suas casas; com os que perdem a vida em estradas mal preservadas e mal sinalizadas; com os que sofrem sede de água potável ou são forçados a sobreviver com acesso precário ou águas impróprias para consumo humano; com os que precisam de educação de qualidade, para romper o ciclo da miséria e para garantia do desenvolvimento nacional”*.

Direito e a Justiça

Raquel Dodge encerrou ressaltando que o Estado deve considerar as dimensões do Direito e da Justiça, expressos no lema da Campanha da Fraternidade 2019: *“Esta Campanha nos convida, finalmente, a refletir sobre o modo como realizaremos o justo. Propõe que estimulemos fraternidade nos objetivos, na idealização e na implementação de políticas públicas, que protejam a dignidade humana em uma sociedade livre, justa, pluralista e solidária”*.

“Estou segura de que esta Campanha fortalecerá políticas públicas de qualidade, comprometidas com a proteção devida a todos, sobretudo aos mais frágeis e marginalizados. E, nos passos do Papa Francisco, também concluo: ‘A força da fraternidade [...] é a nova fronteira do cristianismo’ e da humanidade”, finalizou.

CF: Em Defesa do Direito e da Justiça

O objetivo é estimular a participação popular e defender as políticas públicas que dão alento aos necessitados.

Nada mais oportuno para um povo que assiste ao desmantelamento da máquina pública promovido pelos poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário, que uma instituição com a estatura da Igreja Católica chame para si a responsabilidade de tratar abertamente de tema tão relevante.

Ainda mais: fazer isto em unidade com o povo por meio das pastorais e movimentos sociais e de outras instituições comprometidas com o bem-estar da sociedade.

Dados históricos facilmente comprováveis, apontam para uma realidade ruim no que se refere às políticas públicas desenvolvidas, vitimadas pelas ameaças de descontinuidade e/ou adaptações a que são submetidas de acordo com a vontade do “comandante” político devidamente diplomado e empossado.

Lamentavelmente, nas últimas décadas, campanhas dirigidas às mais diferentes classes sociais brasileiras estimularam a não participação dos indivíduos em toda e qualquer organização que aparentasse um viés político.

Essas ações, conduzidas nas mais das vezes por quem que se destaca em seu meio social e profissional, promoveram o ódio e a rejeição a tudo que pressupunha a necessidade de participação em reuniões ou encontros que visavam, única e exclusivamente, implementar políticas públicas que pudessem atender às necessidades dos cidadãos em seus locais de moradia e trabalho.

Não bastasse, promoveram também o ódio e o preconceito contra aqueles que, no exercício de seus direitos, ousavam se manifestar contra um sistema de governo cruel e desumano manipulado pelo poder econômico de grandes corporações. Como resultado, assistimos ao desmonte de políticas públicas, visando a retirada de direitos dos trabalhadores conquistados por meio de lutas travadas durante décadas. A reforma da previdência, a reforma trabalhista, as ameaças contra professores e outros profissionais, são um claro exemplo do que acabamos de dizer.

A Constituição de 1988, vale lembrar, possibilitou a participação direta da sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas através dos conselhos deliberativos, que foram propostos por leis complementares em quatro áreas: Crianças e Adolescentes, Saúde, Assistência Social e Educação. Infelizmente, tais conselhos não são tratados com o devido respeito.

Diante do exposto, se faz mister a reestruturação dos movimentos e pastorais sociais, bem como das entidades de classes (sindicatos, associações etc.) para que, por meio deles, os cidadãos possam entender com clareza o real sentido das políticas públicas.

Pe. Antônio C. Frizzo

